

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

DIANA CLAUDIA FERREIRA PINTO
GISELE MORAES DA SILVA
JOÃO PAULO GOMES DE SANTANA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA
FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: UM LEVANTAMENTO
COM PROFISSIONAIS DE GESTÃO DA CIDADE DO RECIFE**

RECIFE
2022

DIANA CLAUDIA FERREIRA PINTO
GISELE MORAES DA SILVA
JOÃO PAULO GOMES DE SANTANA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA
FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: UM LEVANTAMENTO
COM PROFISSIONAIS DE GESTÃO DA CIDADE DO RECIFE**

Artigo apresentado ao Centro
Universitário Brasileiro UNIBRA, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professor(a) Orientador(a): Me. Brian Victor
Lima da Silva

RECIFE
2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

P659i Pinto, Diana Claudia Ferreira
A importância da educação financeira na formação do administrador:
um levantamento com profissionais de gestão da cidade do Recife / Diana
Claudia Ferreira Pinto, Gisele Moraes da Silva, João Paulo Gomes de
Santana. - Recife: O Autor, 2022.
24 p.

Orientador(a): Me. Brian Victor Lima da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Administração, 2022.

Inclui Referências.

1. Educação financeira. 2. Formação do administrador. 3. Curso de
administração. I. Silva, Gisele Moraes da. II. Santana, João Paulo Gomes
de. III. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 658

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	08
3. RESULTADOS.....	09
3.1 A PROPÓSITO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	09
3.1.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....	12
3.1.2 PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	13
3.2 O QUE DIZ OS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO.	15
3.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
5. REFERÊNCIAS	22

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: UM LEVANTAMENTO COM PROFISSIONAIS DE GESTÃO DA CIDADE DO RECIFE

Diana Claudia Ferreira Pinto

Gisele Moraes da Silva

João Paulo Gomes de Santana

Brian Victor Lima da Silva¹

Resumo: Atualmente, três quartos das famílias brasileiras encontram-se endividadas. Este alto índice se dá, por muitos fatores: inflação, cotação do dólar, valor do petróleo, imposto sobre produto, taxas de juros dos bancos e cartões de crédito, mas em especial a má administração de recursos. Esta dificuldade em gerir adequadamente as finanças se dá na maioria das vezes por meio da parca ou ausente ciência acerca da Educação Financeira, sendo na maioria das vezes ausente na educação básica, e considerada rara no ensino superior. Este trabalho justifica-se em comprovar, através de pesquisa qualitativa que a Educação Financeira é um tema que precisa ser melhor trabalhado nas grades curriculares dos cursos superiores da área de gestão na cidade do Recife, trazendo um breve apanhado do que se trata a Educação Financeira e no que se refere ao tema no país. Como resultados de nossa pesquisa, pudemos constatar que a abordagem do tema ainda é insatisfatória e que é de suma importância tal debate na formação do administrador.

Palavras-chave:

Educação financeira, Formação do Administrador, Curso de Administração.

¹ Professor da UNIBRA. Mestre em Gestão e Desenvolvimento. E-mail para contato: mr.brianlima@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)², afirma que o ano de 2021 finalizou com mais de 76,3% das famílias brasileiras endividadadas, um recorde para o país. Estes dados demonstram um alto índice de endividamento, fazendo-se de alerta para a economia. Isto pode ser considerado fruto dos maus hábitos e a falta de consciência financeira, gerando a má administração de finanças, como uso irresponsável de cartão de crédito e cheque especial, aquisição supérfluos, a falta de análise financeira do indivíduo participante desta estatística, entre outros.

Tal pesquisa aponta a necessidade de disseminar no âmbito educacional uma atitude de ensino que motive um aprendizado focado no autoconhecimento, no protagonismo de atitudes consciente. O jovem aluno de administração precisa, por muitas vezes, começar sua vida profissional ao passo que deixa de depender financeiramente de seus pais para começar a gerir e administrar seus próprios recursos. Essa transição, feita sem quase algum debate ou nulo do tema, o próprio graduando, ou recente graduado, pode o tornar mais um, dentro das estatísticas de endividados no país, mostrando um possível despreparo por parte de sua formação.

Conforme o último censo (MEC/INEP, 2020) o curso de administração encontra-se em 3º lugar dentre os 10 maiores cursos em número de matrículas no Brasil.

Ano	Posição	Matrículas			
		Curso/Cine Brasil	Número	%	% Acumulado
2020	1	Pedagogia	816.427	9,4	9,4
	2	Direito	759.361	8,7	18,2
	3	Administração	626.813	7,2	25,4
	4	Contabilidade	351.194	4,0	29,4
	5	Enfermagem	334.779	3,9	33,3
	6	Psicologia	275.771	3,2	36,5
	7	Engenharia civil	234.333	2,7	39,2
	8	Educação física	231.508	2,7	41,8
	9	Sistemas de informação	209.182	2,4	44,2
	10	Medicina	204.279	2,4	46,6

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

² Confederação Nacional do Comércio de Bens, disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/cnc-brasil-encerrou-2021-com-recorde-de-endividados#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20levantamento,cr%C3%A9dito%20para%20su st%20o%20consumo](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/cnc-brasil-encerrou-2021-com-recorde-de-endividados#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20levantamento,cr%C3%A9dito%20para%20su st%20o%20consumo.). Acessado em: 15 de mar.2022

Diante desta procura, as competências e habilidades do administrador é um debate cada vez mais relevante nas discussões que têm como tema a segregação educacional desta área tão vasta e interdisciplinar, desviando a atenção do desenvolvimento das habilidades devidas à profissão.

O atual objetivo no processo de formação do Administrador é compor profissionais competentes e habilidosos para exercício da função no mercado altamente concorrido e em transformações contínuas, isso envolve habilidades humanas de relacionamento interpessoal, técnicas ligadas ao desempenho e conceituais relacionadas ao entendimento das nuances e profundidade das organizações. O curso tem que criar estratégias, vivenciar a prática, e fomentar o princípio do empreendedorismo no aluno, conforme o artigo 3º do decreto que regulamenta a profissão (61.934/67).

É na formação do profissional de administração, conveniente atribuir condutas que contribuam para a ciência e a formação ético-social dos discentes, faz-se crucial identificar como as capacidades são desenvolvidas dentro do curso e quais poderiam ser melhor desenvolvidas, em especial, a Educação Financeira.

Para Bava (2003) A Educação Financeira constitui-se como uma ciência que se propõe a contribuir para a compreensão do homem e sociedade no planejamento financeiro e a gestão consciente de recursos, com o propósito de gerar harmonia entre o dinheiro e consumo. Para isso, é necessário proporcionar uma aprendizagem que torne o indivíduo autossuficiente nestes termos.

Neste contexto, o presente trabalho tem como problema: qual a importância da Educação Financeira no ensino superior? Tendo como objetivo geral verificar a presença do tema Educação Financeira no processo de formação de futuros Administradores e identificar se é debatido de forma satisfatória ao longo do curso. Para os objetivos específicos, no primeiro capítulo, compreender o conceito de Educação Financeira, panorama no mundo e no país e o papel da universidade na formação do profissional e suas competências; no segundo capítulo, coletar e analisar a opinião de profissionais de administração; no terceiro, analisar a importância atribuída ao tema no âmbito do curso. Com esta obra, espera-se ressaltar a importância de debater Educação Financeira no contexto brasileiro, para isso, haverá uma análise da opinião de profissionais de gestão, frente a relevância do tema no âmbito do curso atualmente.

Visamos com este artigo, contribuir com a formação dos alunos, viabilizando a obtenção de conhecimentos básicos para gerir de forma conscientemente saudável suas finanças, reforçando a importância do ato de poupar, aplicar em investimentos, consumismo responsável e muitos outros aspectos, para poder usufruí-lo não somente hoje, mas também no futuro. Para tais circunstâncias, este trabalho se faz relevante pela carência de empregar os conceitos de empreendedorismo e o desejo de mudança no cenário econômico atual, todavia, não somente contribuindo com a educação dos alunos já citados, mas também, para professores da área de gestão, de maneira interdisciplinar, auxiliar nas pesquisas de futuros colegas de profissão, para poder contribuir com as ciências econômicas.

2. ASPECTOS METODOLOGICOS

O presente trabalho seguiu a linha de pensamento dedutivo: por meio de um apanhado de dados primários e secundários, oriundos de pesquisas documentais de cunho bibliográficos, e em artigos científicos, monografias e dissertações, conforme Zanella (2009, p. 60). Esta forma de metodologia de pesquisa equivale a uma análise de teorias preexistentes na literatura científica.

A obra em questão, tem por finalidade disseminar o entendimento a respeito da relevância de introduzir o estudo sobre a Educação Financeira no ensino superior. Tal objetivo, deve-se alcançar por meio da leitura de trabalhos previamente publicados que se alinhem com o foco deste artigo, tais quais como Educação Financeira, Educação no Ensino Superior, Gestão Financeira, afim de demonstrar quão essencial se faz a consciência financeira do graduando em administração.

Para Bauer e Gaskell (2008) A pesquisa qualitativa, procura a Particularização do indivíduo em sua realidade e sua convivência no cotidiano. Esse tipo de pesquisa tem como foco a realidade, seus significados, um panorama que não pode ser traduzido apenas em números (MINAYO,2014). Diante disto, optamos por seguir este método de pesquisa, uma vez que vamos utilizar descrições, comparações e interpretações do nível prático e real das pessoas entrevistadas.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, que será aplicada a três profissionais da área de gestão da região metropolitana do Recife, formados em universidades diferentes, nomearemos de universidade A, do entrevistado A, universidade B do entrevistado B e Universidade C do entrevistado C, uma vez que não obtivemos

autorização para divulgar esses dados e para não comprometer a veracidade das respostas.

A pesquisa levará em consideração a grade curricular, palestras e cursos fornecidos sobre a temática e a opinião do entrevistado em quão satisfatório foram seus conhecimentos adquiridos com relação à Educação Financeira em seu processo de graduação.

A análise dos dados será realizada por meio de análise de conteúdo, uma vez que por ela pode-se compreender os impactos que a Educação Financeira tem na formação do administrador, pois segundo Downe-Wamboldt (1992) “Análise de conteúdo é mais que um jogo de soma; ela se preocupa com significados, interações, consequências e com o contexto (DOWNE-WAMBOLDT,1992).

3. RESULTADOS

3.1 A PROPÓSITO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Oriunda da união de dois aspectos sociais distintos, ao considerarmos a Educação Financeira como uma nova ciência interdisciplinar temos que compreender os termos que a compõem.

Etimologicamente, em Houaiss (2001) educação deriva do latim, da palavra *educare*, que consistia no método contínuo de instrução de dado um cidadão. O sentido não se modificou tanto, contudo se ampliou sendo para o autor ligado ao desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo.

Ainda segundo Houaiss (2001), a palavra finanças equivale ao conhecimento que inclui a manipulação de recursos ou dos valores que ele representa; arrecadação de renda e gastos. Assim, o termo indica movimentações de dinheiro no dia a dia social, na finalidade de gerir um patrimônio, sendo individual ou coletivo, público ou privado.

O conceito de Educação Financeira, não foge ao que implica ambas definições, sendo desta forma o processo de aquisição de conhecimento financeiro de forma sensata. Para Melo (2016), “educação financeira nada mais é do que ensinar as pessoas a fazerem escolhas conscientes e a utilizarem os produtos financeiros para melhorar sua vida”.

Deve-se salientar dois pontos importantes para a discussão que seriam: 1. Uso responsável de recursos e 2. A contribuição dessas escolhas responsáveis para a vida financeira e social do indivíduo.

Tomar decisões inteligentes em relação a finanças pessoais é algo que se torna cada vez mais difícil se levados em consideração que o valor e significância de itens materiais e serviços reflete diretamente nos mesmos de quem o possui. Isso sempre esteve inerente na história desde a burguesia com a ostentação de joias, terras e tecidos refinados aos carros importados de última geração e eletrônicos que a cada ano lança uma atualização mais atraente ao público, aliadas as condições de crédito e parcelamento.

A urgência que a atualidade impõe, influencia nas decisões das pessoas quanto consumidores, que ao pensar em adquirir um item pelas suas vantagens ou pelo desejo de ascensão social é compelido às compras impulsivas. Uma gestão saudável, planeja com os lucros e gastos tendo em seus objetivos não apenas o presente, mas a possibilidade de desfrutar futuramente de seus bens, para isso, é necessário agir com inteligência financeira evitando supérfluos que não sejam adequados ao orçamento. (PICCOLI; SILVA, 2015)

A Educação Financeira vem a contribuir positivamente em diversos aspectos tais como: equilíbrio pecuniário, desenvoltura ao se deparar com adversidades, reservas para o futuro e maior preparo para identificar golpes. Ainda de acordo com Hogarth (2002) os ditos como “financeiramente educados” são mais receptivos e engajados em novas formas de administrar finanças, isso cria novos hábitos, acarretando em novos lucros.

As singularidades aperfeiçoadas por meio da Educação Financeira, como estruturação, domínio, prudência e perspicácia, soluções de problemas, mostram-se fundamentais na aquisição de posses, e preparo para o momento da aposentadoria, já que nos encontramos em um cenário de mudanças econômicas constantes.

O Conselho Regional de Contabilidade de Goiás³, em 2014, divulgou o *ranking* mundial *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de ratings e pesquisas da Standard &

³ Conselho Regional de Contabilidade de Goiás, disponível em: <https://crcgo.org.br/novo/?p=9580#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20com%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o,dos%20entrevistados%20passando%20no%20teste>. Acessado 06 de abr. 2022

Poor's). O estudo expôs o Brasil em sua 74ª posição, quanto ao nível de Educação Financeira, dentre 144 países analisados. Estes dados revelaram que o Brasil estava atrás de países considerados menos desenvolvidos do mundo como Madagascar, Togo e Zimbábue.

Enquanto a Noruega, com 71% dos entrevistados aprovados no teste ocupava o primeiro lugar, seguida da Dinamarca, também com 71% em segundo lugar, e a Suécia, com mesma porcentagem em terceiro. O Brasil, tinha 35% dos entrevistados aprovados. Ficando mais próximo matematicamente dos últimos colocados que foram Afeganistão e Albânia com 14% cada, ocupando antepenúltimo e penúltimo lugar respectivamente e do Lêmen que ocupou o último lugar com 13% dos entrevistados aprovados. Nesta mesma pesquisa os Estados Unidos ocupam o 14º lugar com 57% de aprovação no teste.

Dados mais atuais como os divulgados pelo Valor Investe⁴ em maio de 2020, advindos do PISA 2018 (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), mostram o Brasil em 17º país em uma listagem de 20, quanto a competência financeira de jovens. Com estes números o País ficou classificado como 4º pior país nesse requisito. Este índice mostra relativo avanço se comparado com PISA 2015, em que o Brasil esteve em último lugar. Sua nota saiu de 393 para 420 pontos, mas ainda considerada baixa, uma vez que a média geral era de 505 pontos.

Em 2014, já havia um crescimento considerável em relação aos serviços bancários, esse aumento pode se dever à maior procura de cartões de crédito, o que não está relacionado com saber administrar suas finanças e sim com a maior facilidade de parcelamentos, pois 32% das pessoas que possuem ao menos um cartão de crédito, 40% delas podem ser classificadas como financeiramente educados enquanto 20% sabem como funcionam os juros compostos (S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey, 2014).

A falta da Educação Financeira mostra não apenas afetar a vida individual dos cidadãos, mas a vida política de um país. Ao evidenciar a parca relevância que se dá

⁴ Valor Investe, disponível em:

<https://valorinveste.globo.com/educacaofinanceira/noticia/2020/05/07/brasil-e-o-4o-pior-pais-do-mundo-em-competencia-financeira-dejovens-mostra-pisa.ghtml>, acessado em: 06 de abr.2022.

ao tema, mostra-se também que é um país financeiramente prejudicado, sem perspectiva de crescimento, pois seus nativos vivem em subdesenvolvimento e miséria abundante.

Em contrapartida, os países que revelaram ter pessoas mais financeiramente educadas, são países tidos como desenvolvidos uma vez que as pessoas que lá habitam tendem a fracassar menos financeiramente o que faz as taxas de miséria e pobreza diminuírem drasticamente. Esse panorama mostra-se não somente no âmbito da economia, mas também no cultural, social e político, reagindo e interagindo em cadeia numa relação de interdependência.

3.1.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) o estado garante educação gratuita e de qualidade, neste sentido compreende-se como educação o processo de desenvolvimento físico, do intelecto e social, como vimos na sessão anterior. No que diz respeito aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) é possível verificar nos textos que se assegura esta educação diante de uma mudança na economia nacional, além de exaltar a necessidade de instruir para que seja compreensível o consumo é resultante do labor, que só é possível obter algo se ele for proveniente dos esforços do trabalho (BRASIL, 1998, p.36).

De acordo com PCNs (1988), desde de 1988 a educação financeira no ensino básico é resguardada podendo ser trabalhada dentro de matérias como matemática, uma vez que está interligada ao raciocínio lógico, essa abordagem tem o intuito de contribuir significativamente para a construção de uma igualdade social, formando cidadãos críticos, independentes, preparados para participar da vida econômica, social e política do país.

Atualmente, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, Brasil (2018) acrescenta a possibilidade de projetos interdisciplinares, que contribui para que o tema seja debatido de diversos ângulos, como interpretação de problemas financeiros, leitura de boletos, história do dinheiro, bem como divisões políticas e acordos financeiros históricos entre países.

A instituição de ensino que se adequa aos parâmetros, de forma coerente, dá perspectiva para que o educando se interesse pelo assunto, compreenda a importância e o valor dos bens conquistados desenvolvendo uma consciência financeira. Toda via, mesmo que tais parâmetros orientem esse método de ensino é pouco visto e raramente aplicado, ainda mais no que diz respeito aos jovens sendo desimportante para as políticas como por exemplo e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Para Saito (2007) no que diz respeito à Educação Financeira, o país não mostra planos referentes à socialização econômica, sendo responsáveis por isso as empresas governamentais e privadas, sem parâmetros que unam conceitos e práticas, eleva a desigualdade no conhecimento. Ainda sob sua ótica, é possível entender a necessidade da abordagem coesa.

Dessa maneira, é possível expor os conhecimentos da Educação Financeira aos mais diversos alunos, sem ser necessariamente o bom aluno de matemática ou que detenha mais recursos direcionados à educação, dando a oportunidade de nivelamento com alunos de rede pública, moradores de comunidades periféricas que não têm condições financeiras e recursos tecnológicos para ser financeiramente educado.

3.1.2 PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Por obrigatoriedade as faculdades e universidades devem fomentar o desenvolvimento de determinadas habilidades e competências fundamentais na formação do administrador (Conselho Nacional de Educação, 2005) como raciocínio metódico, disseminar conhecimentos; saber se expressar de acordo com o ofício; administrar produtividade, julgar diante adversidade, tomar decisões, desejo de gerenciar, disposição à inovações, moral e ética profissional, discernir quais conhecimentos de mundo poderá aplicar à carreira na administração; ser orientador em gerência, e outras mais que tendem a contribuir para a formação e ciências administrativas.

Todo curso superior, assim como o de Administração, é regido pelos parâmetros da resolução estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, fazendo padrão em todos os cursos: estágios curriculares, interdisciplinaridade,

atividades didáticas, fomento do cientificismo, trabalho de conclusão de curso, para plenitude da formação em qualquer área.

Segundo a resolução de nº 4, de 13 de julho de 2005, as instituições têm como compromisso trabalhar as competências e habilidades que se referem à formação do administrador, sendo elas:

- I - Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- II - Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- III - Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- IV - Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- V - Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- VI - Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- VII - Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações;
- VIII - Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais. (Conselho Nacional de Educação, p. 02)

Tal resolução exalta a importância do desenvolvimento de pré-requisitos mínimos para a atuação de um administrador, e que o curso, bem como a Instituição de Ensino Superior tem o dever de incluir em sua didática a aquisição de tais

competências e habilidades ao longo do curso como critérios de avaliação, para que saiba aplicar os conhecimentos adquiridos à prática.

Para Bastos (2012), tanto a sala de aula, quanto o mundo real, são lugares para aprendizagem e desenvolvimento de um administrador, contudo para Caldas (2006), fica evidente a discrepância entre a teoria e a prática fornecida pelas instituições, quando há a má formação de competências empreendedoras que implicam em falta de criatividade e despreparo ao lidar com percalços.

O tema tem sido cada vez mais debatido dentro da formação do administrador, ainda mais no que se refere às competências específicas da profissão (ANTONELLO, 2009), isso se dá pelas recorrentes críticas da separação dos conhecimentos de uma ciência que é essencialmente interdisciplinar.

3.2 O QUE DIZ OS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO.

Com base nos dados recolhidos por meio da pesquisa descrita nos aspectos metodológicos, foi possível observar alguns pontos. Acerca da análise de dados, foram definidas 3 categorias de análise, sendo elas: responsabilidade da IES diante da Educação Financeira, inserção do tema na grade curricular do curso de administração, auto avaliação das consequências da Educação Financeira na formação dos administradores.

No que diz respeito à responsabilidade da IES diante da Educação Financeira quando perguntados sobre o momento em que tiveram contato com o tema pela primeira vez o entrevistado "A" disse "Confesso que só ouvi falar sobre quando comecei a trabalhar na área bancária, local no qual trabalho hoje. " O entrevistado "C" respondeu de forma semelhante "Só obtive conhecimento, quando comecei a trabalhar, porém algo muito raso.". Administrador "B", contudo, respondeu de maneira oposta aos demais, quando afirma que teve contato com o tema "Desde o início da faculdade. Na disciplina Introdução à Administração esse tema era sempre relevante."



É possível perceber que as Instituições de Ensino Superior (IES) em que “A” e “C” se formaram, não abordou o tema, ao menos de maneira direta, contudo para PAIVA; ESTHER; MELO (2004) É inerente à formação do profissional administrador práticas pertencentes a Educação Financeira, uma vez que são treinados para a prática em sociedade. A faculdade ou universidade que oferta o curso de administração tem por obrigatoriedade desenvolver junto ao aluno habilidades e competências que então ligadas ao ofício administrativo.

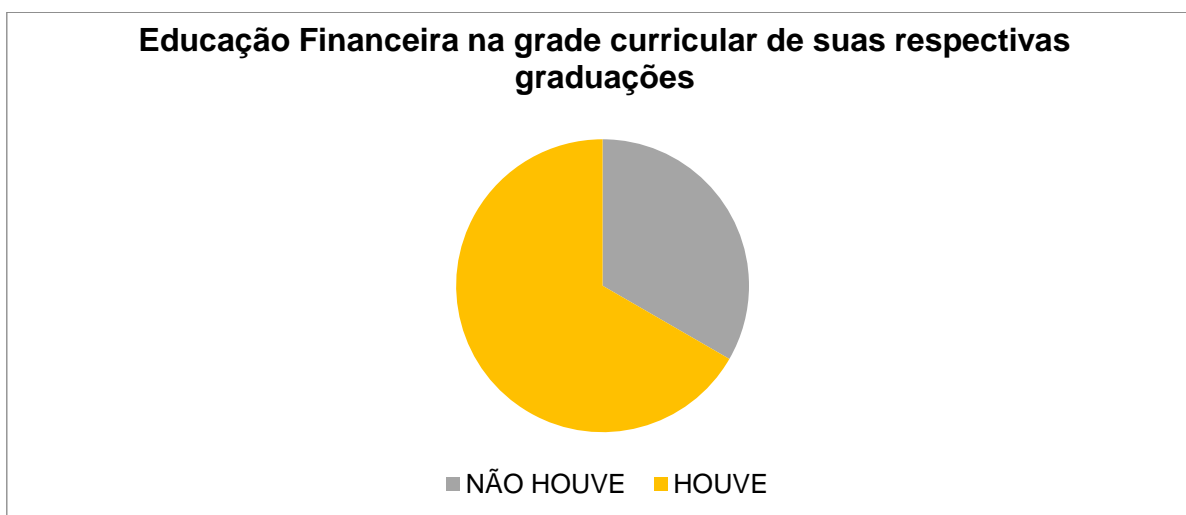
Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, na Resolução nº 5:

art.2º O perfil do egresso do Curso de Graduação em Administração deve expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais descritas nestas Diretrizes e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global. (MEC, 2021 p.04)

No que se refere aos aspectos que envolvem à formação do administrador, tornam-se indissociáveis, não sendo possível saber algo sem saber executar, ou não executar com eficiência, ou não ter motivação em fazer. Em se tratando da Educação Financeira, está classificada como competência, sendo assim, ligada aos conhecimentos práticos que levam a tomadas de decisões, relacionamento interpessoais, desenvolver pensamento crítico e lógico, criatividade e saber transpassar conhecimento.

Na abordagem da segunda categoria, quando questionados sobre a atribuição da Educação Financeira na grade curricular de suas respectivas graduações, “A”

expôs "Tive uma cadeira de matemática financeira, então, mostrava como calcular juros e afins." "B" também teve cadeiras associadas à Educação Financeira, é notável quando diz que "A faculdade fornecia aprimoramento com matérias eletivas nos períodos finais do curso, ficando a cargo do aluno definir sua especialização.". Enquanto que "C" respondeu "Não houve."



Ferreira (2017) aponta em sua obra que é preciso compreender a Educação Financeira como uma competência dos cursos de gestão, o que retoma a discussão sobre o que o profissional de administração deve saber fazer, como fazer escolhas financeiras bem pensadas, por exemplo. Mesmo que "A" tenha em sua primeira resposta, não identificado debates em sala de aula sobre o tema, agora, depois de formado, ele pode perceber que algumas de suas cadeiras podem ser relacionadas à Educação Financeira. Isso demonstra que apesar de a IES ter trabalhado o assunto, foi feito de forma rasa, porque "A" ainda tem dúvidas sobre o tema.

O profissional de administração deve ser estimulado a ser um profissional crítico em relação as adversidades que enfrentará em sua carreira, por tanto é papel da instituição proporcionar oportunidades que possam compreender como essas atitudes devem ser tomadas, sendo assim, encargo da IES levar a Educação Financeira para ser debatida em sala de aula pelos alunos ao passo que é fomentado o desejo de aprofundamento nesses aspectos, o que não foi possível observar no caso de "C". De acordo com o artigo 3º, parágrafo 2 das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração (MEC), Resolução N° 5:

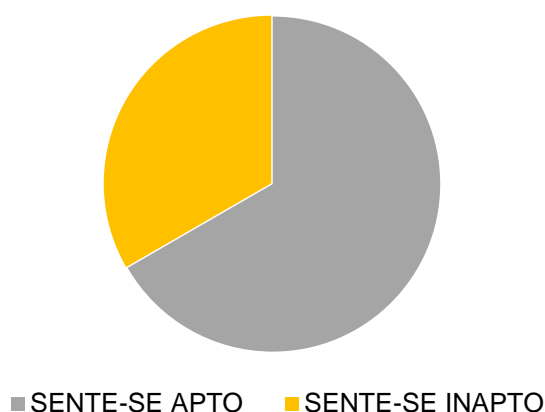
§ 2º As competências descritas no caput, assim como as competências específicas, devem ser compreendidas como tendo seu desenvolvimento ao longo do curso, não pela simples exposição a uma disciplina ou componente curricular, requerendo que o estudante pratique a capacidade em ambientes

similares ao da futura realidade de atuação e receba feedback construtivo em relação ao seu desempenho. (MEC, 2021 p.05)

A Educação Financeira, por ser uma competência que inclui muitos aspectos práticos da administração, deve ser debatido em todo o curso, não apenas em alguma matéria específica ou até mesmo eletiva, deve permear por completo o processo de ensino aprendizagem do discente. O parágrafo § 2º do artigo 3º demonstra que mesmo para “B”, que suas respostas até o momento, manifestou maior afinidade com a Educação Financeira, a Instituição em que se formou, abordou o tema de forma insatisfatória.

No que concerne à última temática analisada, ao serem indagados sobre as consequências da Educação Financeira na formação dos administradores foi pedido que fizessem uma auto avaliação sobre suas aptidões, se com o conhecimento adquirido pela IES eles se sentem capazes para administrar, “A” diz que “Sim, porque tive cadeiras de empreendedorismo. Abri uma miniempresa.”. “B” afirmou que “Sim. Agregando a teoria à prática do estágio nos períodos iniciais da faculdade, é de fundamental importância para a concretização da formação do aluno.” “C” respondeu “Não, pois acho que apenas na prática conseguimos obter o sucesso de nossas atividades profissionais.”. É relevante ressaltar, que com o mesmo tema questionamos se atualmente trabalham na área e obtivemos que “A” e “B” atuam como administradores, mas “C” não.

Auto avaliação das aptidões com Educação Financeira e capacidade para administrar



Segundo o CFA (2019), é um desafio constantemente para o administrador exercer sua função da melhor forma possível, ele deve ter amplo conhecimento em planejamento, organização, gestão e controle. Caso erre em algum aspecto, o

profissional conhecedor das quatro áreas saberá contornar e corrigir o evento. Ao administrador, são atribuídas muitas funções, uma vez que ele está presente e é responsável por todo manejo financeiro de uma empresa, desde o planejamento à ação, para isso ele deve estar apto à tomar decisões calculadas e estratégicas.

Segundo Chiavenato (2016):

[...] O administrador é um agente – não só de condução do cotidiano - de mudança e transformação das organizações, levando-as a novos rumos, novos processos, objetivos, estratégias, tecnologias e novos patamares; ele é um agente educador e orientador, pois sua orientação modifica comportamentos e atitudes de pessoas; é um agente cultural, pois com seu estilo de Administração modifica a cultura organizacional. O administrador deixa marcas profundas na vida das pessoas, pois lida com elas e com seus destinos e influencia o comportamento dos clientes, fornecedores, concorrentes e demais organizações humanas [...] (CHIAVENATO, 2006, p.13).

O administrador, que em sua formação não compreendeu a importância da Educação Financeira ou ficou com esta lacuna em seu processo de ensino aprendizagem, será um profissional hesitante, subjetivo em suas escolhas, pois a falta de dominância de um assunto acarreta em dúvidas e incertezas, o que não condiz com o perfil do administrador, que lida com o rumo e o destino de diversas pessoas. As falhas em sua formação o leva a dois possíveis rumos, uma busca por capacitações, para sanar dificuldades que aparecerão ao longo de sua carreira como foi possível observar nos casos de “A” e “B” ou a desistência da área, assim como ocorreu com nosso entrevistado “C”.

No âmbito da Educação Financeira, diante da formação de novos administradores, podemos perceber que ainda é muito necessário fomentar mais debates, sobre a importância de trabalhar essa competência nos cursos de administração. Ela deve ser desenvolvida na IES, para aplicar na vida do discente, porque cria novas perspectivas quanto a relação consumo inteligente e gasto impulsivo, gerando novos administradores capacitados a lidar de forma criativa em momentos de adversidades.

3.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

De acordo com global⁵ A educação financeira possui quatro pilares, sendo estes : “Reconhecer” as principais falhas ou necessidades orçamentais, “Registrar” saber construir planilhas ou fazer anotações do fluxo de caixa, “Revisar” que vai além de rever o que foi registrado incluindo nesse pilar o planejamento para da continuidade ao próximo pilar que o “Realizar”, sendo este, colocar em ação as estratégias pensadas.

Esses conhecimentos são essenciais para a formação do administrador e devem ser ensinados, debatidos e praticados ao longo da sua formação, uma vez que aliadas ao desenvolvimento correto das habilidades e competências, o profissional administrador poderá, por exemplo, separar aspectos culturais de consumo de sua realidade como gestor, sabendo trabalhar com o mercado instável que o país apresenta com regularidade.

Ao administrador, são atribuídas diversas responsabilidades como visto anteriormente em Chiavenato (2016), por isso, em sua formação é necessário trabalhar habilidades e competências específicas do administrador. Segundo Silva (2008, p. 14) “habilidades são as destrezas específicas para transformar conhecimento em ação, que resulte no desempenho desejado para o alcance dos objetivos”. São elas: habilidades técnicas relacionadas com o desempenho especializado; habilidades humanas, que se referem ao tratamento com pessoas e habilidades conceituais, direcionadas para a compreensão da complexidade das organizações.

O curso de Administração tem por orientação desenvolver as competências e habilidades do discente na finalidade de serem conceituados positivamente numa área de trabalho que vive em constantes alterações, em especial no país que passou, e ainda passa, por inúmeras oscilações no panorama econômico, o que acarreta em certa irrelevância ao se falar em Educação Financeira, numa sociedade que vivencia sazonalmente caos econômico como demonstra D’ Aquino “numa economia sufocada pela inflação, qualquer tentativa de planejamento financeiro tinha resultados frágeis e desanimadores” (D’AQUINO, 2008, p.9).

⁵ Conheça os 4 pilares da Educação Financeira, disponível em: <https://www.globalempregos.com.br/conheca-os-4-pilares-da-educacao-financeira/>. Acesso em: 27 de jun. 2022

Ainda segundo Aquino, foi atribuído aos brasileiros o estereótipo de “Comprar agora” pela inconsistência nos preços pela alta da inflação e a incerteza de conseguir o desejado produto futuramente. Mesmo em períodos que a economia permaneceu estável por um longo período, esse hábito se tornou enraizado nas famílias brasileiras. Comprar por impulso se tornou cada vez mais naturalizado e justificável por esse motivo, causando sérios problemas à gestão financeira como na avaliação, planejamento, organização e controle, acarretando, em cadeia, prejuízos maiores ao mercado pela drástica redução na competitividade, qualidade de produtos e serviços

A formação do administrador deve contar com a Educação Financeira na finalidade de não permitir que ele tome decisões impulsivas, assuma riscos desnecessários e que seja capaz de analisar com coerência, planejar contando com possíveis panoramas futuros. Para Ross (et al, 2009) a Educação financeira é importante instruir pessoas de maneira que seja possível aplicar seus conceitos não apenas em grandes empresas, mas também a nível intimista em seus recursos próprios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida para esta obra foi o anseio de compreender a importância da Educação Financeira na formação do administrador, uma vez que o tema vem sendo cada vez mais debatido no âmbito acadêmico da área de gestão. De forma geral, o objetivo deste estudo consistiu em verificar a presença do tema Educação Financeira no processo de formação de futuros administradores e identificar se é debatido de forma satisfatória ao longo do curso. Diante disso foi possível verificar que esse debate ainda deve ser melhor trabalhado nas instituições de ensino superior, pois, de acordo com a análise de dados foi possível constatar falhas no processo de formação dos entrevistados, em se tratando de Educação Financeira.

Como objetivos específicos, foi visto o conceito de Educação Financeira, saber o que falam os profissionais de administração e analisar a importância que é dada ao tema nas IES do Recife

O primeiro objetivo específico teve o propósito de compreender melhor o conceito de Educação Financeira, bem como se aplica a realidade brasileira e o papel da universidade na formação do administrador. Foi possível, também, observar que a Educação Financeira é importante para a tomada de decisões inteligentes e

eficazes, evitando assim, riscos não calculados que podem levar a comprometimento de orçamentos. Além disso, foi visto como a Educação Financeira contribui para diversos aspectos da economia de um país e a contribuição das universidades na formação do administrador.

A temática debatida no segundo objetivo específico foi coletar e analisar a opinião de profissionais de administração. Diante desta análise de dados ficou perceptível hiato no processo de ensino-aprendizagem do administrador, referentes a Educação Financeira. Essa falha, se dá pela pouca importância que se dá na prática ao tema por meio das instituições de ensino em que os entrevistados se graduaram, visto que de acordo com a amostragem, o tema foi pouco visto pela maior parte dos entrevistados, quando visto em suas grades curriculares, a importância desta não ficou clara gerando dúvidas para os administradores.

No último objetivo vimos que a Educação Financeira não tem a importância devida nos cursos de graduação em Administração por conta do cenário econômico brasileiro inconstante e a cultura das compras impulsivas, justificáveis pelos transtornos de preços de produtos e serviços constantemente variáveis. Toda via, é nesse sentido que a Educação Financeira se faz ainda mais necessária uma vez que o profissional capacitado, compreende a importância de agir com racionalidade, criatividade e planejamento.

Diante de uma visão geral do trabalho, pudemos verificar, que a Educação Financeira deve ser melhor debatida nos cursos de administração, tendo em foco sua importância, ainda mais em situações adversas do mercado, pois a lacuna que há entre o discente e esse conhecimento se deve às universidades de acordo com as diretrizes que regulamentam o curso no país.

5. REFERÊNCIAS

BASTOS, R. **Educação Financeira**. 2010. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=36&cod=9846088>> Acesso em: 25 abr. de 2022.

BRASIL. CFA. **Conselho Federal de Administração**. Disponível em: <<https://cfa.org.br/o-queo-administrador-administra/>> acessado 01 de mai. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB. **Lei das Diretrizes Bases da Educação**. 1996. Disponível em . Acesso em: 5 nov. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. PCN (1998). **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília. DF. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2022.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOUCHIKI, H., KIMBERLY, J. R. O Local de trabalho personalizado. In: CHIAVENATO, Idalberto. **Princípios da Administração – O Essencial em Teoria geral da administração**. 1º edição. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier – Campus, 2006.

BAVA, S. C. **A produção da agenda social mundial: uma discussão sobre contextos e conceitos**. In: Mitos e realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local. PGU-AL, 2003.

CALDAS, G. Mídia, **escola e leitura crítica do mundo**. Educação & Sociedade, v. 27, n. 94, p. 117-130, 2006.

CFA. **O que um administrador administra?** 2019. Disponível em: <<https://cfa.org.br/o-queo-administrador-administra/>> Acesso em: 30 de abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005. Institui as **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2005.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS, **Brasil é o 74º em ranking global de educação financeira**. Disponível em: <https://crcgo.org.br/novo/?p=9580#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20com%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o,dos%20entrevistados%20passando%20no%20teste.> acesso 06 de abr. 2022.

D'AQUINO, C. **Educação financeira: como educar seus filhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa: um ensaio introdutório.** Revista Educação e Seleção, n.14, 1986.

DOWNE-WAMBOLDT, B. **Content analysis: method, applications, and issues.** Health care for women international, v. 13, n. 3, p. 313-321, 1992.

FERREIRA, J.C. **A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida.** Caderno de Administração: Revista da Faculdade de Administração da FEA, São Paulo, 17v. 11, n. 1, p. 1-17, dez. 2017.

GODOY, A. S.; ANTONELLO, C. S.; BIDO, D. S.; SILVA, D. **O desenvolvimento das competências de alunos formados do curso de Administração: Um estudo de modelagem de equações estruturais.** Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 44, n. 3, p. 265-278, 2009.

HOGARTH, J. M. **Literacia Financeira e Família e do Consumidor.** Ciências. Revista de Ciências Família e do Consumidor, 94 (1), 14-28, 2002.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MEC/inep. **Censo da Educação Superior 2020.** Brasília, 2021.

MEC- Secretaria de Educação Superior. Resolução 4, de 13 de Julho, 2005.

MEC- Secretaria de Educação Superior. **Resolução 5, de 14 de outubro, 2021.**

MELO, M. A. Ferreira. **Educação Financeira: educação financeira, poupança e investimento.** 2016. 136f. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

NOGUEIRA, A. J. F. M.; BASTOS, F. C. **Formação em administração: o GAP de competências entre alunos e professores.** Revista de Gestão, v. 19, n. 2, p. 221-238, 2012.

PAES DE PAULA, A. P. **Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na Administração hoje**. Revista de Administração de Empresas, v.41, n.3, p.77-81, 2001.

PAIVA, K. C. M.; ESTHER, A. B.; MELO, M. C. O. L. **Formação de competências e interdisciplinaridade no ensino de administração: uma visão dos alunos**. Revista Gestão e Planejamento, v. 5, n. 2, p. 63-77, 2004.

PICCOLI, M. R.; SILVA, T. P. **Análise do nível de educação em gestão financeira dos funcionários de uma instituição de ensino superior**. E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 15, n. 41, out./dez. 2015.

ROSS, S. A. et al. **Fundamentos de Administração Financeira**. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

SAITO, A. T. **Uma Contribuição ao Desenvolvimento da Educação em Finanças Pessoais no Brasil**. 2007. 7 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA; Jônatas Rodrigues. **Equilíbrio Financeiro**. Blog Efetividade, 2013.
Disponível em:

<http://www.efetividade.blog.br/2013/03/25/equilibriofinanceiro/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+blog%2FcQgW+%28Efetividade%29> . Acesso em: 20 de abr. 2022.

VALOR INVESTE, **Brasil é o 4º pior país em competência financeira de jovens, mostra PISA**. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/educacao-financeira/noticia/2020/05/07/brasil-e-o-4opior-pais-do-mundo-em-competencia-financeira-de-jovens-mostra-pisa.ghtml>, acesso 30 de mar. 2022

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração** / Liane Carly Hermes Zanella. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] ; CAPES : UAB, 2009, p.169 .